

COMUNICADO DE IMPRENSA

Lições do HIV: UNAIDS alerta sobre os perigos do desrespeito aos direitos humanos na resposta à COVID-19

Relatório revela interrupções de serviços de HIV, violência, assédio, abuso, prisões, mortes e uma falha no respeito aos direitos humanos na fase inicial de resposta à pandemia – o UNAIDS exorta os governos a protegerem os mais vulneráveis, particularmente as populações-chave em maior risco de infecção por HIV

Genebra, 27 de agosto de 2020—Durante a resposta inicial à COVID-19, o UNAIDS recebeu numerosos relatos sobre interrupções dos serviços de HIV e violações humanas perturbadoras contra populações vulneráveis e marginalizadas. A experiência da resposta ao HIV tem provado que as violações dos direitos humanos durante uma pandemia minam a confiança, prejudicam os indivíduos e atrasam as respostas de saúde pública.

O secretário-geral das Nações Unidas solicitou a todas as entidades da ONU que apoiem os esforços da Organização Mundial da Saúde (OMS) em suas respectivas áreas de especialização. Portanto, para melhorar a resposta a partir de agora, o UNAIDS produziu um relatório sobre como as ordens e as restrições ao movimento relacionados à saúde pública no contexto da COVID-19 impactaram a resposta ao HIV e aos direitos humanos. As descobertas refletem tendências em todo o mundo e revelaram violações significativas dos direitos humanos, interrupções nos serviços sociais e de saúde – colocando em risco a vida de muitas pessoas –, violência, abuso e discriminação focada em populações-chave, marginalizadas e pobres.

Este relatório foi elaborado para ajudar os governos a dar passos positivos para responder às questões de direitos humanos no contexto em evolução da COVID-19. “É falsa a ideia de que pode haver uma compensação entre os direitos humanos e a saúde pública”, disse Winnie Byanyima, diretora executiva do UNAIDS. “Os direitos humanos não são apenas intrínsecos, mas também o meio pelo qual os governos podem vencer uma pandemia com sucesso.”

[Direitos em uma pandemia - lockdowns, direitos e lições do HIV na resposta inicial à COVID-19](#) é uma fotografia no tempo, com foco nos primeiros dias da pandemia, de fevereiro a meados de maio de 2020, chamando a atenção para as experiências de algumas das comunidades mais marginalizadas e vulneráveis. As violações incluíram casos de policiais usando balas de borracha, gás lacrimogêneo e chicotes para impor o distanciamento físico, pessoas sendo presas, detidas e multadas por não usarem máscaras – as que não podiam pagar multas permaneceram na prisão por mais tempo do que aquelas que podiam pagar.

Médicos foram presos e detidos por se deslocarem de suas casas para unidades de saúde. Também foram recebidos relatos de mulheres grávidas que morreram depois que estritas restrições de movimento as impediram de chegar aos serviços de saúde – algumas



morreram enquanto se encaminhavam para o hospital. Um relatório detalhou um motorista de moto-táxi sendo espancado até a morte pela polícia após levar uma mulher em trabalho de parto ao hospital durante o horário de toque de recolher.

O relatório [Direitos na pandemia](#) descreve dez áreas imediatas de ação para os governos no sentido de construir respostas à COVID-19 que sejam eficazes e baseadas em direitos. Isso inclui a tomada de medidas proativas para garantir que as pessoas, especialmente as de grupos vulneráveis, possam ter acesso ao tratamento e aos serviços de prevenção do HIV, designando e apoiando trabalhadores essenciais, incluindo organizações de liderança comunitária, e implementando medidas para prevenir e enfrentar a violência de gênero.

“Este relatório chega em um momento crítico”, disse Felicita Hikuam, Diretora da AIDS and Rights Alliance para a África do Sul. “Infelizmente, parece que não aprendemos a lição que o HIV tentou nos ensinar: as epidemias expõem e agravam as injustiças existentes e o impacto mais negativo sobre aquelas pessoas que já são marginalizadas.”

Uma grande preocupação tem sido a segurança durante o lockdown, especialmente para as pessoas mais afetadas pelo HIV, incluindo mulheres e meninas, crianças e populações-chave, entre elas profissionais do sexo, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. Em muitos países, os incidentes relatados de violência de gênero aumentaram de 40% a 70%, com picos ainda maiores em certas cidades e regiões. Pessoas trans foram perseguidas e presas por deixarem suas casas no “dia errado” sob as políticas de bloqueio de gênero. As trabalhadoras do sexo perderam renda e, em grande parte, não eram elegíveis para apoio financeiro. Como o UNAIDS afirmou repetidamente: a violência contra as populações-chave e mulheres e meninas aumenta a vulnerabilidade ao HIV.

“O relatório dá visibilidade no contexto desta pandemia para aqueles de nós que são empurrados para a margem”, disse Elena Reynaga, secretária executiva da Rede de Mulheres Profissionais do Sexo da América Latina e do Caribe. “Do ponto de vista dos direitos humanos, precisamos que os governos ouçam e implementem essas recomendações, que representam um passo importante para acabar com a AIDS até 2030, sem deixar ninguém para trás.”

Em maio, o UNAIDS alertou sobre o risco de o acesso aos serviços de HIV ser interrompido durante a pandemia de COVID-19. Uma modelagem inicial mostrou que uma interrupção severa no tratamento do HIV poderia resultar em 500.000 mortes adicionais relacionadas à AIDS na África Subsaariana. Este novo relatório mostra que os serviços de prevenção e tratamento do HIV foram interrompidos em dez dos 16 países analisados. Alguns países relataram reduções nas retiradas de medicamentos de até 20% em algumas áreas. Houve vários relatos de pessoas que vivem com HIV e que não tinham medicamentos antirretrovirais suficientes para um período de lockdown de mais de 60 dias, bem como relatos de pessoas que abandonaram o tratamento para o HIV por falta de comida.

Além de aprender lições com a resposta ao HIV, a pandemia do HIV não deve ser esquecida durante esta crise. “Comunidades de pessoas que vivem e são afetadas pelo



HIV, mais uma vez se encontraram na encruzilhada da injustiça e da discriminação direcionada na esteira da pandemia de COVID-19”, disse Rico Gustav, diretor executivo do GNP +. “Como uma rede global de pessoas vivendo com HIV, pedimos que a aplicação da lei seja baseada em direitos e que respeite e reconheça a necessidade das comunidades marginalizadas de se moverem livremente para ter acesso ao medicamentos para o HIV e outras enfermidades, bem como a implementação de dispensação de medicamentos antirretrovirais para vários meses.”

No entanto, existem muitos exemplos positivos. Em 15 dos 16 países analisados, os governos libertaram pessoas de prisões para reduzir a superlotação e conter a transmissão de COVID-19. Onde os governos estabeleceram parcerias com a sociedade civil e o setor privado, as respostas à COVID-19 foram mais positivas e inclusivas. Em alguns países, foi fornecido transporte gratuito para atendimento médico de emergência durante o toque de recolher e, em outros, a polícia distribuiu máscaras em vez de multas. Alguns países forneceram abrigos temporários para desabrigados e suprimentos de alimentos para pessoas que viviam em campos para pessoas deslocadas. Outros declararam que o abastecimento de água não poderia ser suspenso por falta de pagamento das contas e colocaram uma moratória nas ações de despejo ou investiram pesadamente em alimentos.

“As instituições nacionais de direitos humanos, como a que eu lidero, têm um papel crítico a desempenhar no rastreamento e na proteção dos direitos humanos de todas as pessoas, tanto as vulneráveis quanto as prósperas, especialmente em tempos de crise e de pandemias como as de COVID-19 e de HIV”, disse Anthony Ojukwu, secretário executivo da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Nigéria. “Este relatório nos abre a oportunidade de trabalhar com instituições em todo o mundo para fazer cumprir os freios e contrapesos em vigor em nossos próprios países a fim de corrigir excessos, como os do pessoal de segurança durante os primeiros dias do bloqueio.”

O UNAIDS também recebeu relatos de países que expandiram a distribuição de medicamentos para o HIV por vários meses para suprimentos de três ou seis meses e de outros implementando partos domiciliares ou entrega comunitária de medicamentos.

“O UNAIDS reconhece os passos positivos que foram dados. É provável que a COVID-19 fique conosco por muito tempo”, disse Byanyima. “Temos o compromisso de defender os mais vulneráveis, mesmo no ambiente difícil em que a COVID-19 nos colocou. Usaremos este relatório para convocar governos, comunidades e parceiros a fim de abrir um diálogo e encontrar um caminho para a reforma de leis, políticas e práticas e para proteger os direitos humanos.”

O relatório baseia-se no guia [Direitos em tempos de COVID-19](#), lançado pelo UNAIDS em março de 2020, que exortou os países a adotar uma abordagem de direitos humanos ao responder à COVID-19, em linha com as melhores práticas destes 40 anos de resposta ao HIV.



Contato

UNAIDS Genebra | Sophie Barton-Knott tel. +41 22 791 1697 / +41 79 514 6896 | bartonknotts@unaids.org

UNAIDS Media | tel. +41 22 791 4237 | Communications@unaids.org

UNAIDS

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS. O UNAIDS une os esforços de 11 organizações—ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial—e trabalha em estreita colaboração com parceiros nacionais e globais para acabar com a epidemia da AIDS até 2030 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Saiba mais em unaids.org.br e se conecte com a gente no [Facebook](#), [Twitter](#) e [Instagram](#).